

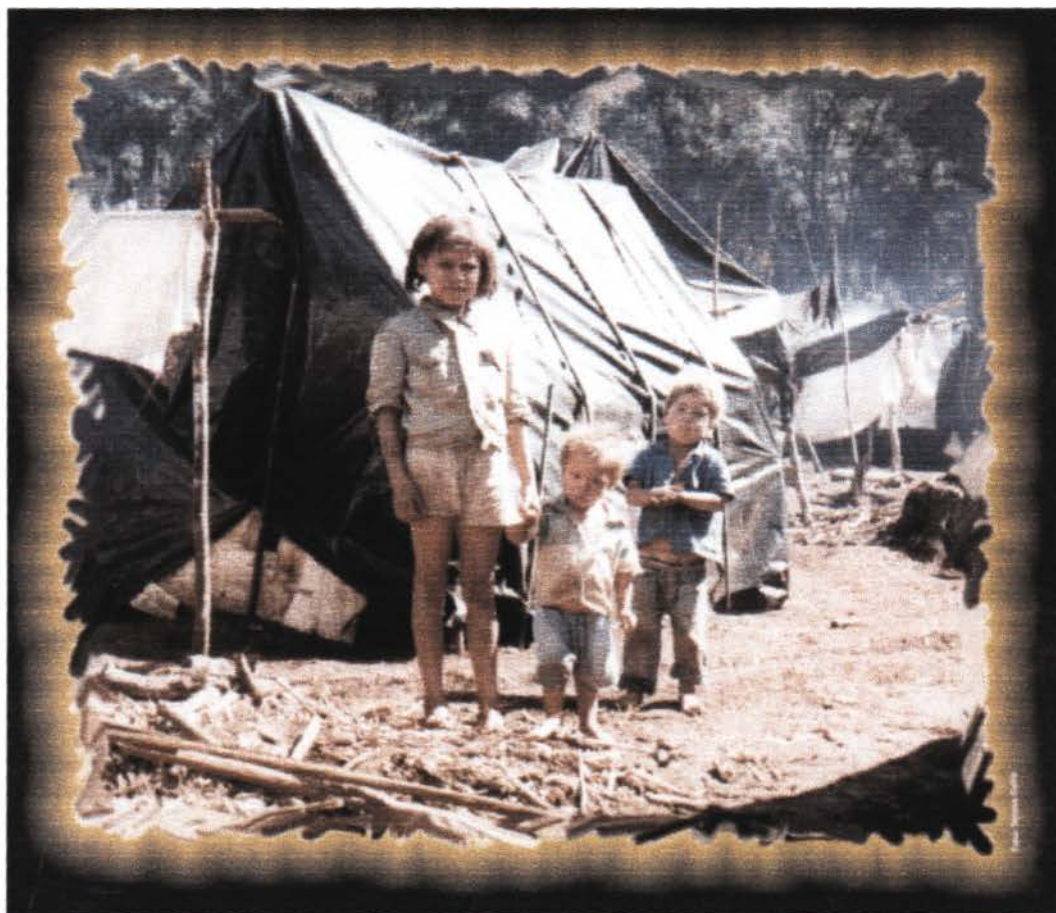
AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

ANGÉLICA CAETANO DE FREITAS MOTA



**“O NOVO MUNDO RURAL” E O MST:
Embates e Resistência**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ABRIL DE 2002**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1.0 (Antigo Mineirão)
A... SECRETARIA... 012

1.635

S. 9
(e)

28/

ANGÉLICA CAETANO DE FREITAS MOTA

**“O Novo Mundo Rural” e o MST:
*Embates e Resistência***

Monografia a ser apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Monografia II, do curso de Bacharelado em História, pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida, do Instituto de História/INHIS, da mesma Instituição.

UBERLÂNDIA, ABRIL DE 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA - CDHS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

Banca Examinadora

Ms.

Dr.

**Dr. Paulo Roberto de Almeida
(orientador)**

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Antônio de Almeida, que ministrou MTPH (Métodos e Técnicas de Pesquisa em História), mostrando-me os caminhos a serem percorridos para uma pesquisa bem sucedida.

Ao prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, pela orientação.

Ao João Batista, da Coordenação dos Curso de História, pelas conversas.

À Secretaria local do MST, pelas informações prestadas.

À minha família pelas horas de prazer e alegria.

DEDICATÓRIA

Luciano, Paulo Henrique e Júlia que são minha família.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A QUESTÃO AGRÁRIA E A POLÍTICA GOVERNAMENTAL 7

A questão agrária no contexto atual;

A política governamental implementada;

Ações e projetos.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA 23

O MST e sua formação

A posição do MST frente as ações governamentais;

Propostas e ações do MST.

A Formação do MST em Uberlândia e o Assentamento Zumbi dos Palmares;

O confronto entre propaganda e realidade.

BIBLIOGRAFIA 59

APRESENTAÇÃO

Considerações preliminares

Esse trabalho surgiu de uma inquietação particular sobre o que levaria os trabalhadores ao enfrentamento, à disputa de um pedaço de terra. Quem são esses trabalhadores? Como se dá essa luta? Qual é o contexto dessa questão? Como o Governo trata essa questão?

Após essas primeiras indagações formuladas, fui procurar o aporte bibliográfico para respondê-las. Visitei a Secretaria local do MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde receberam-me muito bem. Fiquei impressionadíssima com a quantidade de material disponível. Encontrei livros, revistas, panfletos, cartazes, CDs, fitas cassetes, jornais e outros. Os assuntos abordados são os mais variados, claro que a maioria se detêm na questão agrária, mas assuntos como educação, violência, economia, política e sociedade são levantados pelo Movimento. Existem cartilhas específicas do MST e outras com assuntos apontados pela mídia, do dia-a-dia e da sociedade como um todo.

Busquei também, trabalhos realizados sobre o tema em questão. Existe toda uma bibliografia, não só sobre a questão agrária, a luta pela terra, mas também o que ela envolve: como a violência no campo, a educação nos assentamentos, os assentamentos e sua formação, enfim, várias óticas e abordagens. Para dialogar com essa documentação encontrada, fui buscar a posição oficial sobre o assunto. Foi fácil encontrar, pela

Internet¹ a documentação necessária. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, trás vários relatórios anuais e um balanço geral dos últimos 30 anos. Essa documentação está toda organizada, didaticamente, para que possa ser utilizada, por pessoas interessadas, em aulas, seminários e trabalhos afins, onde encontramos, também, ilustrações dessa documentação.

Quando confrontei a documentação oficial (Governo Federal) com a do MST, notei que o Movimento pudesse estar exagerando nas críticas. Os programas divulgados pelo INCRA, segundo seu ponto de vista, atendiam as exigências do MST, apesar disso, fui verificar na prática essa problematização, até mesmo como forma de garantia empírica.

Visitei o Assentamento Zumbi dos Palmares, situado na Fazenda Colorado, na cidade de Uberlândia, onde estão assentadas 22 famílias, desde janeiro de 1999, data esta do recebimento da edição de posse, uma vez que eles já haviam ocupado anteriormente.

Confesso minha decepção ao chegar no assentamento, pois não havia sido realizado nenhum programa, daqueles apresentados pela documentação oficial. As famílias estavam passando fome, não tinha nada plantado e nem perspectiva, naquele momento, de trabalhar a terra e não poderiam deixá-la. Essa realidade foi se confirmando com mais veemência durante as primeiras entrevistas, realizadas em setembro de 2001.

Em março de 2002 voltei ao Assentamento e o crédito esperado, em setembro de 2001, somente naquele momento começava a ser liberado. Aquela visão anterior, comprovada pela minha visita, onde imaginava que o MST estivesse sendo radical,

¹ Cf. www.regormaaagraria.gov.br.

acabou se mostrando como uma realidade, uma vez que, de fato, o Governo não tinha prestado a mínima assistência. E o que é concretizado, só se confirma através de pressões, por parte dos movimentos de luta pela terra, principalmente pelo MST. Outro fator que pude comprovar empiricamente, no que diz respeito à propaganda oficial, de fato, esta propaganda é enganosa, como denunciam os integrantes do MST.

Enfim, espero que de posse dessas informações meu trabalho possa elucidar algumas questões e suscitar outras novas.

Considerações Metodológicas

Nesse trabalho discuto a questão agrária e como os movimentos sociais em particular o MST se colocam no debate da questão da luta pela terra. E ao lutarem, mudam a ordem social, criam seus próprios meios e sua autonomia.

No bojo de suas táticas políticas, do enfrentamento às políticas governamentais, o MST mantêm aceso o debate sobre a Reforma Agrária e opõe-se ao projeto neoliberal; constrói sua força de expressão política e social por todo o país.

Tendo como base o relatório do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária) de 1994 a 2000, coloco em um primeiro momento como essa política neoliberal trata a questão Agrária e suas ações.

No segundo capítulo falo do MST enquanto movimento social; da sua formação, suas táticas, sua posição frente às ações governamentais, principalmente no período de 1994 a 2000.

E finalmente, o problema local. Como se deu a formação do MST em Uberlândia. Suas conquistas, vitórias, e em meio à repressão, conseguem ultrapassar o projeto local

político e social, conseguem impor sua força e expressão política.

Para a realização desse trabalho, me pautei na pergunta: “Qual será então a postura do historiador perante o debate?”²

É preciso mudar o sistema social. Não somente o econômico que responde às necessidades da solução da pobreza, do desemprego, dos Sem Terra, etc. É preciso reconstituir a imagem global da sociedade, não só os mecanismos coletivos físicos, mas também as formas de compreender a sociedade como um todo, a família, o homem e a cultura.

Há uma necessidade de recompor uma visão crítica do presente que explique corretamente, não só as razões da pobreza, mas também a fome, o desemprego, os Sem terra, o racismo e tantos outros problemas.

Repensar a História. Essa é a ordem. Não só o ensino de história, mas o destino da nossa produção, sociabilizando-a, politizando-a discutindo as transformações, a consciência da mudança e das perspectivas que surgem nesse conhecer e fazer da história. O nosso objeto é a transformação, a mudança o movimento. Percebendo essa diversidade, o movimento, suas mudanças e permanências, estaremos construindo a transformação do presente.³

A experiência social brasileira é uma temática bastante ampla e rica em possibilidades. O MST é um exemplo disso. Examinar a experiência social dos trabalhadores Sem Terra é essencial para se entender o seu fazer-se e refazer-se. Não somente como se desenvolvem e se desenrolam suas lutas, seus sentimentos e valores. É nesse viver, nessas possibilidades, nesse construir e reconstruir que se definem os

² FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. EDUSC, 1998.

³ FENELON, Déa Ribeiro. O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo? In: Revista **História & Perspectiva**, nº 06, Uberlândia, 1992

processos sociais.

Assim preserva-se a memória coletiva que dá identidade de uma sociedade. A perda dessa identidade traz a perda de referencial, morre-se então. Perde-se a memória popular.

Sendo o MST um movimento coletivo, tem significado; expressa uma experiência coletiva e suas constantes mudanças. Como movimento popular, tem memória social e esta memória também deve ter o seu “direito ao passado”.

Eis uma abordagem da História Social. Espero que ela possa suscitar indagações e muitos outros trabalhos.

CAPÍTULO I

“Maldita sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades
privadas que nos privam de
viver e de amar!
Malditas seja todas as leis,
amanhadas por umas poucas
mãos para apanharem cercas
e bois e fazer a terra, escrava
e escravos os humanos!”

Pedro Casaldáliga

A Questão Agrária no Contexto Atual

O debate em torno da questão agrária no Brasil não é novo, na década de 30 girava em torno da crise do café, nas décadas de 50 e 60 girava em torno dos rumos da industrialização. Já no final dos anos 70, com as greves no ABC paulista. O Regime Militar começa a enfraquecer e surgem ocupações de latifúndios privados e estatais, renascendo o debate pela reforma agrária e com ele o nascimento do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) dentre outros. O MST se consolida na década de 80. Mas a luta pela terra, por uma reforma agrária, é bem mais antiga. Na verdade, se formos voltar ao início da questão, no Brasil, teríamos que falar inicialmente em comunidade nativa⁴, ou seja, a terra pertencendo à populações indígenas. Entretanto, o sistema jurídico português julgou-as como terras sem dono, não apropriadas, garantindo as mesmas à colônia portuguesa. Esse problema se estende até hoje, desde que tornou-se diálogo entre os índios e nossos governantes, a súplica “demarcação das terras

⁴ DIAS, Euripedes da Cunha. MST: Rito e práxis da democracia agrária. **Cultura Vozes**, nº 5. Ano 91, vol. 91, 1997, p. 46-68.

indígenas”. Podemos falar também dos quilombolas, que instituíram um novo regime baseado na conquista de terra e no uso comunal dela.

Na verdade, não há um ressurgimento da questão agrária, quer seja nos meios acadêmicos ou por movimentos, pois ele não foi resolvida anteriormente e muito menos esquecida, porque a questão agrária faz parte da vida diária de milhões de trabalhadores rurais.

A força com que a questão agrária brasileira é retomada a partir dos anos e principalmente na última década do século XX, se deu de maneira como o país tem conseguido aumentar sua produção agrícola e os meios utilizados, para tal as ações governamentais tem causado impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego no meio rural.

A expansão capitalista no meio rural, isto é, na agricultura e agropecuária, fazendo com que a unidade rural fosse transformada em uma “empresa” capitalista,⁵ destruiu pequenas unidades de produção onde o pequeno produtor produzia para si e para sua família, e ainda vendia o excedente na cidade, engordando sua renda.

Essas transformações agravaram o problema agrário, expulsando os pequenos produtores rurais e concentrando ainda mais a propriedade da terra, em outras palavras, o latifúndio cresceu. A Reforma Agrária se coloca hoje como a solução para a crise agrária brasileira. O desenvolvimento das relações de produção capitalista na agricultura brasileira conseguiu, de fato, grandes avanços na solução das questões agrícolas, ou seja, dos problemas ligados à produção propriamente dita. Mas esse processo concentrou riqueza e distribuiu miséria.

De acordo com o relatório de Atividades do INCRA (Instituto Nacional de

⁵ Idem, p. 48.

Colonização e Reforma Agrária) de 1995 a 1999, houve uma evolução das ações do programa de Reforma Agrária durante o período do governo de Fernando Henrique Cardoso. E é justamente por isso que deterei meu trabalho nesse período.

“Não vender ilusões à sociedade”. Este foi o princípio que orientou o programa de governo do então candidato a Presidência da República em 1994, Fernando Henrique Cardoso. A promessa de resolver o problema da injusta concentração de terras no Brasil, mediante a farta distribuição de lotes, tinha grande apelo eleitoral, mas não seria em quatro anos concretizada em seu total.

Em tempos de globalização de mercado, de sofisticação tecnológica e de alta competitividade, limitar-se a distribuir terras entre os pobres do meio rural teria efeito contrário ao pretendido: ao invés de levar justiça social garantiria a reprodução da pobreza no campo. Assim, além de promover políticas de Reforma Agrária, o novo governo teria que privilegiar a agricultura de base familiar e formular uma estratégia para a geração de mais e melhores empregos na área rural, com aumento de produção, de produtividade e do salário real dos trabalhadores.

A esse conjunto de políticas fundiárias teriam que se somar à revisão da legislação sobre desapropriações de terras e do imposto sobre propriedade, a urbanização da zona rural, a regularização fundiária, a colonização, os programas de assistência técnica e qualificação profissional e os investimentos na melhoria da infra-estrutura: estradas, armazéns, escolas, postos de saúde.

Trata-se na verdade, de reformar a Reforma Agrária: substituir a velha visão restrita, fundada apenas no distributismo, por um conjunto articulado de políticas públicas, sintonizadas com as exigências dos novos tempos. A busca determinada de novas soluções para um velho problema poderá, efetivamente, modificar a estrutura

Agrária Brasileira e contribuir para a redução das desigualdades, no meio rural. Esse foi o caminho escolhido pelo atual governo.

Em relação à distribuição de terra, o principal compromisso assumido pelo governo com a sociedade, ainda durante a campanha eleitoral de 1994, foi quantificado em metas anuais de assentamento de trabalhadores Sem Terra, com prioridade para aqueles que estivessem em acampamentos provisórios e precários à beira das estradas por todo o país.

A meta era assentar 280 mil famílias, em quatro anos de governo. Meta esta que seria modesta em relação ao grande problema fundiária brasileiro, mas seria grande se comparada ao que foi feito ao longo da história do país.

Para sinalizar à sociedade e internamente ao próprio governo, sua condição de política pública prioritária, o Governo Federal retirou a questão fundiária do âmbito do Ministério da Agricultura e em 1996 vinculou-a ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária, ao qual ficou subordinado o INCRA – órgão responsável pela formulação e execução da política de assentamentos do Governo Federal. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o conjunto das ações do INCRA, passa definitivamente a incorporar-se no contexto de uma macro-política de desenvolvimento rural.

As atividades desenvolvidas pelo INCRA se baseiam no sentido de se adaptar a concepção do “NOVO MUNDO RURAL”⁶, que unifica as políticas voltadas para o campo. Essa nova concepção desse novo mundo tem como objetivo básico transformar o trabalho rural assentado em agricultor viável economicamente.

Sendo assim, a política desenvolvida dentro dessa concepção de desenvolvimento

⁶ Relatório de atividades do INCRA 1995 A 1999 – p. 2 (Cf. www.reformaagraria.gov.br)

rural sustentado, passa a ter como diretriz básica à integração das políticas de Reforma Agrária e Agrícola, visando dar sustentabilidade à agricultura familiar. Com o principal objetivo de deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural para os próximos anos, dentro dessa política desenvolvimentista, é instalado em 06/10/1999, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, integrado por representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal e da sociedade Civil.

De acordo com o relatório do INCRA muitas dificuldades legais para obtenção de terras foram superadas com a aprovação da Lei Complementar nº 88, de 19/12/96, que aumenta a taxa de impostos dos imóveis improdutivos. Do montante de 14.179.110,00 ha. de terras alcançadas para assentamento de famílias, 8.725.844,00 ha. foram conseguidos por desapropriação, 353.171,00 ha. por obtenção direta, 4.704.224,00 ha. através de procedimento arrecadatório e 395.871,00 ha. de remanescentes da união, do próprio INCRA e de áreas doadas.

A Medida Provisória 1577/97 que introduz novos critérios para a determinação dos valores da terra nua e das benfeitorias, aproximando valores apurados aos preços praticados pelo mercado, também veio colaborar para esse montante de terras. De acordo com essa MP (Medida Provisória) é delegado aos Estados, mediante convênio, cadastramento, seleção, vistoria e avaliação dos imóveis rurais.

“O Decreto nº 2250, de 11/06/97, também contribuiu para a aceleração do processo de desapropriação. Esse decreto permitiu que entidades estaduais, representativas de trabalhadores rurais e agricultores, indicassem áreas passíveis de desapropriação para Reforma Agrária”.⁷

Outro fator que também agregou pontos positivos para o processo foi à aplicação

⁷ Relatório de atividades do INCRA 1995 A 1999 – p. 2.

do dispositivo Constitucional que obriga destinar as terras, onde exista a prática do trabalho em regime de escravidão ou cultivo de plantas psicotrópicas, para a Reforma Agrária.

Através dos Decretos 2614 e 2680, o INCRA foi autorizado a participar de leilões de terras, e a Lei Complementar 93/98 criou um fundo especial de um bilhão de reais, o Banco da Terra, com o objetivo de financiar, e viabilizar a aquisição de terras por grupos de famílias de trabalhadores rurais.

De acordo com o objetivo do governo em estabelecer o “NOVO MUNDO RURAL”, foram criados e implementados vários projetos com aprimoramento das práticas metodológicas, cursos de aperfeiçoamento, a criação da Agenda Ambiental que dentro outras ações, está a Cooperação Técnica INCRA/IBAMA.

“A criação e implantação dos projetos Casulo, Roda Viva, Cédula da Terra, além do Lumiar, este criado em 1996, com a intenção de implementar, dentre outras ações, o Programa Qualidade e Produtividade nos assentamentos de Reforma Agrária, reforçando as ações de apoio às famílias assentadas, visando melhorar as condições de sustentabilidade nas parcelas e a emancipação dos projetos em lapso de tempo menor”.⁸

Para que esses projetos se desenvolvessem, foram criadas oito linhas de ação:

- Aperfeiçoamento e intensificação dos trabalhos de elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).
- Formulação e implementação de um programa de desenvolvimento de produção e comercialização dos projetos de assentamento.
- Aperfeiçoamento e ampliação do projeto Lumiar e do PROCERA.
- Implementação de atividades de proteção e gestão ambiental nos projetos de

⁸ Idem, p. 5.

assentamento.

- ❑ Implementação de Programas de educação, cultura, saúde e esporte nos projetos de assentamento.
- ❑ Implantação de ações para a emancipação de assentamento.
- ❑ Capacitação continuada sobre o desenvolvimento sustentável – gerenciamento dos assentamentos.
- ❑ Aperfeiçoamento dos sistemas de informações para a Reforma Agrária, dos sistemas de monitoramento dos projetos de assentamento e das programações operacionais.

Dentre esses programas implementados os de maiores destaques são:

Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA

É o principal programa. Garante recursos subsidiados, metade dos quais o assentado não terá que devolver ao governo, para financiar todo o processo produtivo: custeio da lavoura, investimentos e pagamento da quota-parte na cooperativa do assentamento a que pertence. Esses recursos não financiam, porém, a implantação da infra-estrutura econômica e social dos assentados, que é de responsabilidade do governo.

Criado em 1985, somente em 1993 o PROCERA passou a cumprir suas finalidades, com a destinação de 10% dos recursos dos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e com gestores financeiros os Bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia. A aprovação dos projetos de financiamento é feita por comissões estaduais, formadas por representantes dos assentados, dos movimentos

sociais e do governo.

Em 1995, foram aplicados R\$ 89 milhões, que beneficiaram cerca de 18 mil famílias assentadas. Em 1996, o volume de recursos cresceu 144%; foram R\$ 213 milhões, que financiaram 42 mil famílias. Para 1997, a verba prevista era de R\$ 250 milhões – quase 20% a mais do que em 1996 – com atendimento de 50 mil famílias.

Pelas regras do PROCERA, cada família tem direito a receber até R\$ 16 mil, para pagar em sete anos (no caso dos créditos de investimentos e cooperativo), com dois anos de carência e abatimento de 50% do valor do financiamento. O prazo de pagamento do empréstimo de custeio é de um ano. Se o assentado efetivamente pagar, terá direito a receber novo crédito, no mesmo valor.

Projeto LUMIAR.

Este projeto cria um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias de agricultores assentados, nos projetos de Reforma Agrária. A iniciativa é do Governo Federal, por meio do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, mas a coordenação é feita de forma compartilhada pelo INCRA, Ministério da Agricultura, bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia, entidades representativas dos trabalhadores rurais e uma representação dos Governos Estaduais, de preferência, a Secretaria da Agricultura.

O projeto LUMIAR consiste na formação de equipes locais de assistência técnicas e capacitação profissional, para orientar o desenvolvimento autônomo dos assentados. Para cada grupo de trezentas famílias, haverá uma equipe local permanente, composta de quatro profissionais – dois nível superior (um da área agropecuária e outro

especializado em apoio à gestão e à organização de comunidades) e dois Técnicos de nível médio. O objetivo do programa é de que os assentados, por meio de um processo de aprendizagem coletiva, tornem seus assentamentos auto-sustentáveis no menor prazo possível.

A partir de denúncias veiculadas na imprensa, levantando suspeitas de irregularidades no projeto, mediante o memo/INCRA/P/nº 44, de 16 de maio de 2000, determinou o cancelamento de todos os contratos firmados com empresas e cooperativas prestadoras de serviços de assistência técnica aos assentados, foi constatado várias irregularidades, e o relatório das mesmas foram entregues ao Ministério Público Federal em 9 de outubro de 2000, que solicitou à Polícia Federal uma investigação. O projeto LUMIAR está suspenso.

Projeto EMANCIPAR

Os assentamentos rurais permanecem, desde sua criação, sob a tutela do Governo Federal, por intermédio do INCRA. Em alguns casos, principalmente, nos projetos de colonização, essa dependência já dura mais de vinte anos.

O projeto EMANCIPAR, foi criado para assegurar a todo cidadão beneficiário do programa de Reforma Agrária o direito à sua independência econômica. Os assentamentos serão considerados em condições de emancipação, quando a sua capacidade de receber famílias estiver esgotada, sua situação dominial definida, seus serviços e obras básicas executados ou em execução e a comunidade integrada, social e economicamente às economias locais e regionais.

Em 1997, os trabalhadores do INCRA com vistas à emancipação estavam

concentrados em um grupo de 650 projetos antigos de colonização pública e de Reforma Agrária, envolvendo um contingente de 180.300 mil famílias, assim distribuído: 48 projetos de colonização, 129 projetos de Reforma Agrária já em fase de emancipação e 473 projetos em fase de consolidação.

Programa do Banco Interamericano – BIRD

O programa de emancipação, apoiado por um projeto-piloto financiado pelo BIRD, em 1997 tinha como projeto cerca de 25 mil famílias, de preferência nas regiões norte e nordeste do país. Além de financiar obras de infra-estrutura e proteção ambiental, o Banco forneceria assistência técnica e tecnológica aos agricultores. Os recursos previstos desse programa eram de R\$250 milhões – R\$150 milhões do BIRD e R\$100 milhões de contrapartida do Brasil.

Programa Cédula da Terra

Esse programa, negociado com o Banco Mundial – BIRD, visava funcionar nos moldes de uma carta de crédito cooperativo, seria a experiência-piloto de um novo modelo de política fundiária, integrada ao mercado e sem depender do governo em todas as etapas do processo, principalmente na execução, como ocorre hoje.

A fórmula é simples: um grupo de agricultores Sem Terra identifica a área que deseja, faz um processo sumário para aquisição da gleba e apresenta-o à unidade técnica do estado. Se aprovado, o grupo receberá o financiamento para a compra da terra, com prazo de pagamento de 20 anos. Para isso, o INCRA fez convênios com o Banco do

Brasil e os bancos regionais, como o do Nordeste, que operou o programa no primeiro momento.

A Cédula da Terra poderá ser ampliada para qualquer empreendimento, inclusive, incorporadores privados e organizações não-governamentais. Para essa experiência piloto, o aporte de recursos ficou assim dividido: R\$45 milhões do Brasil, destinados à compra de terra, R\$90 milhões do Banco Mundial, para financiamento da infra-estrutura coletiva, produtiva e social, e R\$15 milhões de contrapartida dos próprios grupos de trabalhadores interessados, totalizando R\$150 milhões.

Projeto Casulo

É uma proposta de parceria do governo Federal com os estados e municípios, para descentralizar e acelerar a execução dos projetos de Reforma Agrária. Lançados no primeiro semestre de 1997 caberiam as prefeituras e governos estaduais, juntamente com o INCRA, cadastrar agricultores Sem Terra e identificar terras públicas municipais e estaduais disponíveis, ou que possam ser adquiridas. O governo Federal garantiu créditos e dividiu, com estados e municípios, o financiamento para a infra-estrutura social.

O projeto previa que se 20% das mais de cinco mil prefeituras brasileiras aderissem ao Projeto Casulo e se dispusessem a assentar apenas 20 famílias cada uma, seria mais 20 mil famílias com terra, em curto prazo e a custos mais baixos para todos os envolvidos. Para as prefeituras seria um bom negócio, porque está comprovado que assentamentos bem-feitos impulsionam e dinamizam as economias locais, com vantagens econômicas e sociais para toda a comunidade.

Programa Nossa Terra, Nossa Escola

Com a Medida Provisória 2.027/38, de 4 de maio de 2000, foi criado o Programa Nossa Terra, Nossa Escola, com o objetivo de incentivar a educação dos filhos dos assentados, mediante a comprovação de matrículas de crianças entre 7 e 14 anos, no ato do pagamento das parcelas anuais será concedido um desconto de 50% em seu valor.

Outro programa implementado é a inscrição de candidatos para o programa de Reforma Agrária, via correio. Por meio de convênio junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), qualquer brasileiro poderá se inscrever para ser beneficiado de lotes nos projetos de assentamento de Reforma Agrária. Para o INCRA, a medida visa desburocratizar e universalizar o acesso ao programa de Reforma Agrária, criando uma linha direta entre o INCRA e os trabalhadores rurais. Além dos Correios, os trabalhadores poderão fazer suas inscrições nas superintendências regionais, e unidades avançadas do INCRA, no *site* do MDA/INCRA/PRONAF na Internet. Após pré seleção os mesmos serão convidados por carta a comparecerem ao INCRA para avaliação técnica, o órgão leva em conta, para seleção, uma experiência de no mínimo 5 anos em atividade agrícola, não ser funcionário público e não possuir rendimento superior a três salários mínimos. O programa foi amplamente divulgado por toda a imprensa falada e escrita.

Banco da Terra

O Banco da Terra foi criado por Lei em 05/02/1998, substituindo o processo de

desapropriação pelo de aquisição, com o objetivo de financiar, diretamente a quem precisa, a compra do imóvel rural escolhido e a infra-estrutura básica necessária ao bom funcionamento da propriedade. Teve como embrião o projeto CÉDULA DA TERRA, desenvolvido com o apoio do Banco Mundial que foi executado como projeto piloto primeiramente nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Norte de Minas.

Os trabalhadores se organizam em associações e indicam a área adquirida; mas os agricultores que utilizarem o crédito fundiário não terão direito aos recursos do PROCERA e do crédito Fomento de Alimentação e Habitação do INCRA. O financiamento da compra da terra tem o prazo de liquidação fixado em dez anos, incluindo-se três anos de carência, com a dívida sendo corrigida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Essa experiência de Reforma Agrária de mercado, pregada pelo Banco Mundial, tem sido tentada em alguns dos principais países do 3º Mundo com tradição de lutas camponesas. No Brasil o Banco vem conseguindo êxito até o momento.

Outros destaques implementados pelas políticas governamentais recentes são as medidas judiciais e administrativas efetuados pelo MDA e do INCRA no sentido de combater a grilagem de terras e no resgate de terras públicas, sendo mais uma das ações relevantes na questão fundiária nesse período de 95 a 99. O INCRA promoveu o cancelamento cadastral de 3.065 imóveis rurais, com área total de 93.620.587 hectares, distribuídos em todo o território nacional.

O relatório do INCRA conclui que no âmbito político Institucional, o governo Federal vem implementando ações para o desenvolvimento do meio rural brasileiro, garantindo, assim, a sua autosustentabilidade da agricultura brasileira e a sua inserção no mercado internacional, com a adoção de políticas públicas voltadas para o setor.

Desta forma, a recente criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário promete dar um salto de qualidade no meio rural, contribuindo para a diminuição dos problemas sociais da sociedade brasileira. Em um balanço geral de suas atividades de 1995 a 1999 o INCRA conclui que o ano de 95 foi o início de um novo momento da Reforma Agrária não só no que diz respeito à obtenção de terras, como também no que se refere ao assentamento de trabalhadores rurais, onde se destaca o assentamento de 42.912 famílias.

Do ponto de vista da execução de tarefas executadas pelo INCRA em 1996, a respeito dos entraves, cortes, atrasos na liberação de recursos financeiros por parte do tesouro e edição do Decreto nº 2.096/96 – a Autarquia teve um desempenho bastante significativo, apesar dos percalços alcançou as metas propostas, e, em alguns casos, até superou-as, comparando-se às metas alcançadas nos exercícios anteriores.

Em 1997, o desempenho das atividades do INCRA sofreu impacto significativos, principalmente após a edição da MP 1577/97 e do Decreto 2.250/97. Tais atos acabaram por determinar a revisão de alguns procedimentos que vinham sendo praticados e, desse modo, houve certo atraso no andamento dos processos de desapropriação e aquisição de imóveis, cujas finalizações só ocorreram nos últimos meses do ano de 1997.

Entretanto, o INCRA, pelo terceiro ano consecutivo, superou a meta de assentamento de famílias proposta pelo governo (80 mil famílias), chegando a 81.944 famílias assentadas.

Podemos destacar, também, a implementação de medidas visando a melhoria na divulgação das ações de Reforma Agrária perante a sociedade. Diversos recursos de mídia foram usados com regularidade como canais de comunicação.

Por outro lado, o aumento do número de projetos e de famílias assentadas gerou

forte demanda por obras de infra-estrutura e assistência técnica. A necessidade dos projetos novos foi a mais evidenciada, mas também os antigos requeriam algum tipo de assistência do INCRA.

Neste contexto, a implementação de projetos como o Lumiar, Casulo, Roda Viva e Cédula da Terra, a par de outro mecanismo de parceria que têm sido buscados junto a Estados e Municípios, fez parte do esforço para criar mecanismos de auto-sustentação dos projetos, pois, só assim, o INCRA poderá retirar sua tutela e ganhar fôlego para atendimento de novos agricultores.

Já em 1998, mais uma vez o INCRA, cumpriu as metas estabelecidas para o programa de Reforma Agrária. Foram assentadas 101.094 famílias, quando a programação se prevista era de 100.000 famílias.

No período 1985/1994, a média de assentamentos realizados se situou no patamar de 1.166 famílias por mês. Em 1998 esta média saltou para 8.333 famílias.

Em 1999, com a unificação das políticas agrícola e agrária do Governo Federal e a descentralização das ações via parcerias com Estados, Municípios, e Organizações Sociais, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário contribuiu mais uma vez para o cumprimento das metas, com a incorporação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que foi denominado PRONAF PLANTA BRASIL. O Ministério tem na sua estrutura básica o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e duas Secretarias.

Este ano se caracterizou pelas ações de combate a super indenizações de terras desapropriadas, vedando os juros cobrados em cascata, eliminando o pagamento de matas nativas e determinando maior rigor nas avaliações.

Em dezembro, com o lançamento do Livro Branco da Grilagem de Terras no

Brasil, propõe-se iniciar uma ação para a reversão ao patrimônio da União de terras ocupadas irregularmente, onde se pretende, com a utilização de imagens de satélite, combater a fraude e a falsificação de títulos de propriedades.

Destaca-se ainda, a criação da Ouvidoria Agrária Nacional, com o objetivo de intervir nos conflitos agrários, em parceria com outro Órgão da União.

Como decreto nº 3.509, de 14 de junho de 2001 o INCRA passou a dispor de um nova estrutura administrativa. O princípio básico é a introdução de um novo paradigma gerencial voltado para resultados e focado no cidadão. A visão de futuro, para o INCRA, orienta esse princípio que é a formação de um “serviço público eficaz, eficiente, flexível, transparente, altamente capacitado e profissionalizado.”⁹ A mudança da estrutura organizacional da autarquia é baseada nas diretrizes constantes do Plano Plurianual.

⁹ Relatório de atividades do INCRA 2000.

CAPITULO II

“Nós, que pelo império das circunstâncias, dirigimos a revolução, não somos donos da verdade, menos ainda de toda a sapiência do mundo. Temos que aprender todos os dias. No dia em que deixamos de aprender que acreditamos saber tudo ou que tivemos perdidos nossa capacidade de contato ou de intercâmbio com o povo e com a juventude, será o dia em que teremos deixado de ser revolucionários”...

Che Guevara

No primeiro capítulo vimos alguns projetos implementados pelo Governo Federal para a realização da Reforma Agrária. Percebemos, através do relatório oficial do INCRA, algumas atitudes tomadas como a mudança na estrutura do MDA, do INCRA, leis, programas, etc. Percebemos, também, a realização, por parte do Governo Federal, de uma propaganda agressiva na divulgação desses programas, para conter os movimentos organizados, pela luta da terra.

No segundo capítulo coloco essa mesma questão, sob a ótica do MST. Para situarmos o Movimento, veremos como se deu a sua formação e o processo da questão agrária, ao qual está inserido. Após essa introdução, colocamos os projetos e ações implementados pelo Movimento, a questão da violência no campo e o confronto direto com os programas, a política realizada pelo Governo Federal. Esse embate, entre os programas oficiais e o MST, fica claro quando discutimos a formação do Movimento

em Uberlândia. Para tal, veremos a sua formação em âmbito local, juntamente com o estudo de caso do Assentamento Zumbi dos Palmares, onde tentaremos perceber esses programas oficiais e as ações e projetos do MST.

O MST e sua Formação

A história de luta da terra no Brasil não é nova. Podemos falar em um primeiro momento das populações indígenas, desde o descobrimento do Brasil; ou seja os primeiros donos da terra. “Desde a chegada do primeiro europeu, já estava instituído o regime nativo de posse e uso igualitário da terra”.¹⁰ O regime nativo igualitário e coletivo, já estava implantado.

No entanto, o sistema jurídico português instituiu essas terras indígenas como terras vagas. Eurípedes Dias, coloca muito bem quando diz que o direito a terra dos primeiros habitantes foi solapado duas vezes. Primeiramente pela negação da propriedade comunal indígena e depois pelo não reconhecimento do sistema indígena de exploração agrícola da terra. Deste modo as terras indígenas se transformaram em 15 faixas de terras, variando de 150 a 600 km de largura.¹¹ Eram as capitânicas hereditárias.

A Lei de Terras n.º 601 decretada pelo Império Brasileiro em 1850, restringia a posse da terra, de forma que os pobres, ex-escravos, posseiros e os imigrantes não pudessem se tornar proprietários e sim mão-de-obra necessária nos latifúndios. A Lei de Terras de 1850, orientou os casos de regulamentação das terras devolutas e a aquisição das mesmas mediante a compra. “O regime agrário criado pela Lei, centrou portanto no

¹⁰ DIAS, Eurípedes da Cunha. MST; Rito e Práxis da Democracia Agrária. Revista **Cultural Vozes** n. 05, Ano 91, Vol. 91, 1997, p. 46-68.

¹¹ MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 58.

conceito de terras devolutas”.¹² Pode-se dizer então que começa nesse momento, o problema agrário existente e dos latifúndios, colocado e discutido através dos tempos.

Com a proclamação da República em 1889, não houve mudanças substanciais. As medidas governamentais tomadas, iam de encontro aos interesses dos latifundiários, agravando a situação ainda mais. Para Eurípedes a ação republicana representou um retrocesso em relação ao período colonial.¹³ Com o confronto de forças, e garantido o domínio da propriedade privada sobre a propriedade comunal não só pela força, mas também pela palavra, referindo-se a Constituinte de 1891 que entregaram aos estados não só as terras devolutas mas também territórios indígenas.

As lutas existentes pela terra no Brasil, são datadas desde 1888, onde podemos destacar Canudos, na Bahia (1893-1897); a Guerra do Contestado (1912-1916), entre o Paraná e Santa Catarina.¹⁴ Movimentos estes que envolveram milhares de camponeses, pobres e desempregados, reprimidos brutalmente pela força pública.

O movimento organizado, ou seja, os camponeses enquanto classe, surgem no período de 1954 a 1964. Temos nesse momento a ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil); as Ligas Camponesas e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra). As Ligas Camponesas surgem no nordeste com a crise da cana-de-açúcar que leva os Senhores de Engenho a arrendarem suas terras a foreiros. Porém, durante o período da guerra, de 1939 a 1945, os preços do açúcar sobem e os Senhores passam a expulsar os seus foreiros.¹⁵ Até 1955, um grande número deles tiveram que se afastar de suas atividades. A cana-de-açúcar no nordeste, nos mostra bem o processo do camponês ao longo da história; primeiro como agregado do regime

¹² DIAS, op. citado, p. 48

¹³ Idem, p. 49

¹⁴ MORISSAWA. Op citado p. 88

¹⁵ Idem, p. 93

de trabalho escravo, depois ocasionalmente na cana-de-açúcar, passando a ser morador de condição, ou seja, seu trabalho e quase gratuito, paga pela terra onde planta para sobreviver, um foro, e aos poucos se converte em assalariado.

Com a expulsão dos foreiros, surgem as Ligas Camponesas questionando a estrutura fundiária. Em 1962 vários encontros e congressos foram realizados reunindo representantes das diversas Ligas formadas em mais de trinta municípios de Pernambuco e outros estados do Nordeste.¹⁶ Sem dúvida, foi uma forma de resistência, de organização e luta política dos camponeses de suma importância para a história de luta pela terra e do movimento organizado.¹⁷ A partir dos anos 50, as Ligas Camponesas e o sindicato, foram as formas mais importantes de organização e luta, mas em cada região dependendo das características locais, o movimento assumiu determinadas peculiaridades.

As diferentes formas de luta e os diferentes movimentos expressavam a luta dos camponeses contra a renda da terra, contra o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar a propriedade camponesa, enfim, o golpe de 64 encarregou-se de calar o projeto das ligas, um projeto de revolução camponesa. As organizações que representavam os trabalhadores rurais, foram calados pela ditadura militar. Mas as lutas pela terra continuaram acontecendo, particularmente nas regiões Norte e Centro- Oeste do país.

Mas no final da década de 70, o novo sindicalismo organiza greves no ABC Paulista e o regime militar começa a dar sinais de enfraquecimento.¹⁸ Os planos de colonização ao Norte do país já não davam mais certo e a situação nas cidades fez com

¹⁶ MARTINS, José de Souza. Os movimentos camponeses e as lutas camponesas & O camponês nos projetos dos outros. In: **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983, p 62-92.

¹⁷ Idem.

¹⁸ SOTILLI, Rogério. **MST – A nação além da cerca: a fotografia na construção da imagem e da expressão política e social dos sem terra**. Tese mestrado, PUC, São Paulo, 1999.

que os trabalhadores rurais Sem Terra perdessem a ilusão de emprego e da vida fácil e buscassem formas de organização e de resistência no campo. Com o trabalho feito pela Pastoral da Terra (CPT), e pelas igrejas, principalmente a Católica e a Luterana, pequenos agricultores e seus filhos, agricultores sem terra, meeiros e peões tivessem consciência dos seus direitos e a luta pela terra foi retomada de fato.

Nesse momento ressurgiram as ocupações de latifúndios privados e estatais no sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, 340 famílias expulsas, pelos Kaingang da reserva indígena de Nonoaí, ocupam as fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta.¹⁹

Em 1980 o acampamento repercutiu e sensibilizou a opinião pública. Naquela época, apoiar os acampados também significava lutar contra a Ditadura Militar. No início da década de 80, as experiências com ocupações de terra nos Estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul, reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em janeiro de 1984, os grupos que trabalhavam na organização camponesa, realizaram o Encontro Nacional de Fundação do Movimento em Cascavel (PR), onde definiram a estrutura organizativa e a primeira Coordenação Nacional. No mesmo ano, a ocupação da Estação Experimental de Santo Augusto preparou o Acampamento de Eral Seco (RS), primeira ação organizada pelo MST. Um ano depois, o primeiro Governo Civil, depois da Ditadura Militar, convidou o movimento para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O MST avaliou que a política governamental não representava os interesses dos trabalhadores e que o PNRA não passava de propaganda. O I Congresso Nacional do MST, realizado em janeiro de 1958, em Curitiba – PR, definiu: “Ocupar é a única

¹⁹ Cartilha Reforma agrária: **A Vida no Assentamento**. Porto Alegre RS, DENACOOOP SDR/MA.1997

solução”.²⁰

O PNRA, apresentado em 1985, em quatro anos, não havia sido concretizado nem 10% do previsto. E em 1989, a Reforma Agrária saiu da pauta política do Governo Federal com Fernando Collor no poder.²¹

O processo de formação do MST aconteceu por meio da construção do espaço de socialização política. Os espaços de luta e resistência são constituídos na ocupação da terra. A ocupação é condição para o avanço da luta.

O MST luta pela Reforma Agrária de fato. É o movimento mais organizado que atua no território brasileiro. Estamos assistindo ao MST criar um ritual agrícola de rebelião, cujo conteúdo crítico coloca em questão o regime oficial de acesso e propriedade da terra.

A proposta do MST de pleitear acesso coletivo ou individual a terra; combinar cultivos diversificados para a subsistência e para o mercado; de garantir maior racionalidade ao trabalho mediante instalação de escolas agrícolas, não foram criadas por programas vindos de cima para baixo. São reivindicações sugeridas pela diversidade de experiências acumuladas ao longo das trajetórias dos diferentes segmentos que compõem o amplo movimento dos Sem-Terra.

Os acampados discutem a resistência como única forma de garantir as conquistas e os assentados investem na organização da produção. Para o MST, a cooperação agrícola e a união das pessoas e que somam esforços para realizar uma determinada tarefa. Cooperação é uma maneira de organizar a produção através da divisão do trabalho.

Os assentados buscam uma cooperação que traga progresso econômico e social,

²⁰ Cartilha Reforma Agraria, op. citado, p. 5

²¹ MST. **Reforma Agraria: Por um Brasil sem latifúndio - BRASIL QUANTOS ANOS VOCÊ**

desenvolvendo em sua aplicação os valores humanistas e que também possa liberar *companheiros e companheiras* para contribuir na organização de novos acampamentos, na organização do MST como um todo.

Desse modo, o MST fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, em 1982. A cooperação permite o acesso ao capital, à tecnologia, ao aumento da produtividade, à possibilidade dos assentados agregarem valor aos seus produtos através de beneficiamento e da agroindustrialização de derivados de leite, carne, frutas e verduras.

O surgimento de agrovilas e a conquista de eletricidade, água encanada, habitação, educação e cultura, são conseguidos através da cooperação. Ela é necessária para a superação de todos os problemas, como também a localização e a qualidade da terra, bem como planejar a produção a partir das demandas do mercado, como também a qualificação da mão de obra disponível e a formação política dos trabalhadores. A cooperação do MST faz parte da estratégia dos assentados por quebrar a lógica da exclusão imposta pela sociedade capitalista, colocando a terra improdutiva a serviço da produção de alimentos. Assim a reforma agrária hoje, é uma questão fundamentalmente política, não é mais uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, e sim um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento.

De acordo com José Graziano²², no Brasil hoje há uma trílice aliança como base política econômica entre indústria, bancos e latifundiários. As políticas agrícolas permanecem orientadas de acordo com interesses mais imediatos dos grandes capitais, em particular da indústria e dos bancos. E o seu principal benefício na agricultura (e

TEM? São Paulo: ANCA, 2000.

²² SILVA, José Graziano. **O que e Questão Agraria**. São Paulo: Brasiliense, 1980 (Coleção Primeiros Passos).

portanto o aliado desses setores) é o grande proprietário de terras.

Nesse sentido, o capitalismo brasileiro mostrou-se prejudicial e parasitário. O que interessa é que produza lucro sem se importar se esse lucro advém do solo ou não. “A questão agrária se alia hoje a uma série de outras questões, como a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, a questão urbana e a questão das desigualdades regionais. Ou seja, a questão agrária, permeia hoje uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira. No fundo, todos eles têm a ver com o caráter parasitário que atingiu a forma específica como se desenvolveu o capitalismo neste país”.²³

Em uma entrevista realizada em junho 2000 publicada no Jornal Sem Terra, Celso Furtado define a situação brasileira da seguinte maneira: “O Brasil está imobilizado.” Depende de financiamento externo. Estamos em uma fase de liquidação da soberania nacional. A política governamental cresceu a dívida externa e a economia não cresce, reduzindo nossa capacidade de obter divisas; ao alienar o patrimônio, aumentando a remessa de divisas para o exterior. É uma política suicida.²⁴

E é justamente contra a essas políticas do atual governo que o MST se coloca. E um movimento que resiste ao mundo da lógica da exclusão, resiste a idéia da constante mobilidade imposta pela globalização.

Para o MST essa crise política veio da crise do modelo de industrialização implantada na década de 50 se agravando na década de 80.

O novo modelo econômico adotado com a vitória à presidência de Collor em 89, subordinava totalmente a economia brasileira aos interesses do capital internacional – conhecida como política do “Neoliberalismo” ou “Globalização da economia”. Esse

²³ Op. Citado, p. 95

²⁴ Entrevista publicada pela Associação dos Advogados, e divulgada no Jornal Sem Terra, Julho/2000.

processo de políticas neoliberais é retomado em 1994 pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Em 1995, eleito presidente pelo voto direto, Fernando Henrique Cardoso aplica políticas econômicas voltadas aos interesses do capital internacional.

Celso Furtado completa que:

“No Brasil o capitalismo subdesenvolvido não é um capitalismo menos desenvolvido que o dos países ricos”.²⁵ É um sistema de outro tipo, que não conduz ao bem estar social, mas à concentração de renda se fez em benefício de uma acumulação interna, que de alguma forma modernizou o país; agora, ela se faz em benefício da acumulação externa. O capitalismo brasileiro, simultaneamente, concentra renda e se internacionaliza, inserindo no processo de construção de uma estrutura mundial de poder. As empresas multinacionais não necessitam mais de um mercado interno em expansão. Isso, mais cedo ou mais tarde, levará a uma crise social de grandes proporções.

As medidas políticas e econômicas adotadas pelo governo FHC, fizeram com que o capital estrangeiro controlasse a economia brasileira. De 94 a 98 o capital estrangeiro subiu de 2,1 bilhões para, 23 bilhões de dólares. Foram vendidas nesse período para grupos estrangeiros 39 empresas estatais e 650 empresas privadas. (Fonte: FSP e revista Carta Capital). Dos 20% investidos na economia brasileira apenas 0,83% é do capital estrangeiro. (Fonte. F.G.V).

O resultado e o agravamento da situação social, o aumento da desigualdade, da deterioração da qualidade de vida, entra outras conseqüências econômicas.

Quanto à questão agrária, e agrícola a abertura do mercado inviabilizou a

²⁵ Idem.

produção de muitos produtos. De 1985 a 1996, 942 mil estabelecimentos agrícolas desapareceram e a produção ficou estagnada. Com isso 2,9 bilhões de empregos desapareceram deixando 4,5 milhões de famílias Sem Terra. Sem contar que a renda agrícola média caiu em 46% nesses cinco anos. (Fonte: MST).

Para o MST as medidas governamentais tomadas recentemente, ou seja de 1994 pra cá, não são efetivamente medidas para se fazer uma efetiva Reforma Agrária. O Governo fez a “Reforma Agrária virtual, aquela que foi sem nunca ter sido”.²⁶

Houve um ajustamento do programa de Reforma Agrária ao projeto “neoliberal”. Com implementação dessas políticas não houve mais desapropriação para fim social e a questão Agrária perde a dimensão federal, ficando reduzida aos municípios.

A grande crítica às políticas governamentais por parte do MST e também dos Movimentos Populares e Sociais e que efetivamente o governo não está fazendo a sua parte na questão da Reforma Agrária. E quando faz é a partir das ocupações de terra, por ação do MST. Além disso, na maioria das vezes, “fez mal feito”, dando terra, mas não proporcionando a infra-estrutura necessária.

Desde 1994, com a implementação das políticas agrárias, aumentou consideravelmente o problema fundiário. O desemprego gerou uma demanda crescente de Sem-Terra, assim se tornou constante a formação de movimentos sociais. “O MST atua numa nova conjuntura da questão agrária. A persistência dessa questão deve-se ao emperramento causado pelo imenso poder do latifúndio, que faz com que tenham o controle político do problema fundiário”.²⁷

A posição do MST frente às políticas governamentais implementadas, vem desde

²⁶ Cartilha distribuída pelo MST. **Levante-se vamos à luta da Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais. A FALSA REFORMA AGRÁRIA.** São Paulo, Julho/2000

²⁷ Cartilha distribuída Pelo MST: **Reforma agrária: Por um Brasil Sem latifúndio! BRASIL QUANTOS ANOS VOCÊ TEM.** São Paulo, 2000.

a sua formação, mas desde 1994 esses embates se agravaram sensivelmente.

Em um artigo publicado em maio de 2000 na revista Carta Capital, João Pedro Stedile, ideólogo do MST, diz que “ocupar não basta é preciso uma nova política econômica”. E afirma ainda que o modelo econômico implementado inviabiliza a agricultura nacional pois entrega o controle do mercado dos alimentos aos grandes complexos agroindustriais. Mas, segundo Stedile, há 36 milhões de brasileiros no campo que não cabem nesse modelo. Ainda completa que “A Reforma Agrária não é só terra, e se viabiliza apenas se houver um modelo que distribua renda que viabilize o mercado para as pequenas propriedades. Por isso, a luta para a Reforma Agrária acaba indo para o centro da disputa política”.²⁸ Em um balanço histórico²⁹ o próprio MST se divide em três períodos distintos:

De 1984 a 1989 se dá à consolidação do movimento a nível nacional e sua afirmação como uma corrente específica de forma de luta pela Reforma Agrária no Brasil.

De 1990 a 1994, houve muitos desafios com o governo Collor e repressão política, muitas perseguições e prisões. Foi um período de embates e resistências.

Finalmente de 1994 a 2000 foi o período em que o movimento enfrentou não só o latifúndio, mas o modelo econômico Neoliberal trazendo desafios ainda maiores. Esses desafios trouxeram mais que vitórias para o movimento, trouxeram lições históricas.

Em sua organicidade, sem dúvida o MST é referência e destaque; não só no Brasil como no mundo inteiro. Suas conquistas sociais conseguidas através da luta de massas são tida como a única forma de avançar a luta pela Reforma Agrária. Para o MST “o

²⁸ Op. citado. **A Mão à Direita**, In: revista Carta Capital, Maio, 2000.

²⁹ Cartilha do MST. **Reforma Agrária: POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO**, in: 4º Congresso Nacional, Brasília, 7 a 11 de agosto, 2000.

povo somente terá força para superar o latifúndio e conquistar a terra, se ele mesmo lutar, se puser em movimento. Eles sabem que a força do latifúndio e da burguesia está no seu poder econômico; a força do Governo, do Estado está na utilização das leis e das forças armadas e a força do povo está na capacidade de juntar, de organizar.”³⁰

Essa é a fórmula pregada e utilizada pelo MST em todas as tarefas: mobilizar sempre; homens, mulheres, crianças, jovens, adultos. “Quanto mais gente, melhor.” Uma das grandes lutas do MST é educação de qualidade para todos. Para o MST a educação é um dos processos de formação da pessoa humana. Processo através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e transformando a sociedade.

A educação dentro do MST elabora diretrizes de ação no sentido de unir teoria e prática, para tal, utiliza-se de princípios filosóficos e pedagógicos dentro dos princípios básicos do movimento. Fazem parte de suas leituras obras como: “O capital” de Marx; “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire; “Sobre a Educação” de W. Lênin; “O pensamento de Che Guevara” de Michael Lony; etc. Para o movimento é primordial o rompimento de três grandes “cercas”³¹. As cerca do latifúndio, do capital e da ignorância. O movimento não define sua proposta pedagógica nos moldes tradicionais, ao contrário, procura conjugar posturas, unindo a atuação de existencialistas cristãos como Paulo Freire, construtivistas como Piaget e marxistas como Makarenko, além de propostas nacionalistas como as de José Martí. O MST enquanto Movimento de Luta Social e Organização Política de Trabalhadores Sem Terra é o grande educador/formador de quem dele participa ou com ele se envolve.

³⁰ Idem.

³¹ BEZERRA, Neto, Luiz. **Sem terra aprende e ensina: estudo sobre práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. Campinas: Autores associados, 1999 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

Para o MST, as elites dominantes do Brasil submetem os trabalhadores rurais a condições humilhantes. Mas a educação representa um grande desafio na medida em que a extensão territorial impede um controle do número de alunos, escolas ou professores que estudam nos assentamentos da reforma agrária, acampamentos, e zona urbana. O movimento trabalha para a construção de um novo homem reeducando-o para uma vida no sentido coletivo, e isso só é possível em uma sociedade socialista. Para integrar o homem ao seu meio, uma reforma agrária socialista ajuda na construção de uma sociedade justa e igualitária.

O MST visa contribuir para a redução da evasão escolar, procurando ao mesmo tempo ir além da escola tradicional no sentido de construir um projeto educativo dos oprimidos. A educação é vista como possuidora de uma vocação redentora da miséria em que a maior parte da sociedade brasileira está submetida. Pensando na problemática educacional, já em 1979 no acampamento das Fazendas Macali³² e Brilhante no município de Ronda Alta – RS, os trabalhadores sentiram a necessidade de dar alguma forma de educação às crianças, investir em educação é tão importante quanto ocupar a terra.

Com relação a formação dos professores, durante muito tempo o MST acreditou que somente os moradores do assentamento e fazendo parte do Movimento, poderiam ter capacidade de ser um verdadeiro professor. Após 1995 verificou-se na prática que isso não seria viável porque a formação do professor não deveria ser apenas política, mas que também abarcasse conhecimentos técnicos, seria difícil então conseguir professores assentados com tais especificações.³³ O movimento também desenvolve a formação de professores com cursos, simpósios, encontros. Não só para as pessoas que

³² Cartilha do MST. **REFORMA AGRARIA**, 1997.

³³ BEZERRA, op. citado, p. 5.

se identificam com o movimento mas também aqueles professores que atuam em suas áreas de abrangências. Para o MST a construção da sociedade socialista não acontece se não houver forte investimento na formação de seus militantes, para que estes se tornem aptos a conduzir o processo de transformação social rumo a nova sociedade. Essa formação do cidadão-militante deve-se dar na luta do dia-a-dia, nos processos de ocupação de terras ou seja, em educação socialista o exemplo e o melhor método educativo.

Enfim, as práticas educativas do movimento, visam desenvolver uma consciência política, forjar novos seres humanos transformando a realidade.

Outro fator que distingue o MST em relação a outras organizações e movimentos é sua autonomia. Apesar de ser simpatizante e ter apoio dos partidos de esquerda, principalmente do PT (Partido dos Trabalhadores), da igreja, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), entre outras mais, o MST se mantém autônomo e caminha com suas próprias pernas.

O MST aprende com a história e aplica desde o início princípios como: direção coletiva, colegiada; foge do presidencialismo, divide as tarefas entre toda militância, dá oportunidade a todos que queiram participar, forma permanentemente militantes; prega o amor ao estudo e à natureza; planeja as atividades; mantém um vínculo permanente com a base do movimento.³⁴

Com toda essa estrutura, o movimento consegue enxergar o contexto histórico ao qual está inserindo de uma forma mais ampla e não além somente aos problemas locais. Nesse sentido ele se distingue de outros movimentos e consegue avançar por todo Brasil a luta pela Reforma Agrária. O MST consegue ligar a teoria com a prática.

³⁴ **Por um Brasil sem latifúndio.** Op. citado.

Assim, se organiza o MST, publica revistas, jornais; invadem prédios, terras, o INCRA, está presente em comemorações; organiza-se em Congressos, em marchas em enfrentamentos. Não é só pela terra, pela Reforma Agrária que se colocam, se posicionam em todos os setores da sociedade como a educação, moradia, produção, estradas, cultura, economia, política, etc. para o MST a diversificação das lutas é que dá força e beleza ao movimento.

Quanto as políticas e programas governamentais ocorridas principalmente no Governo Federal de 1994 a 2000, o MST se coloca claramente. Para o movimento o governo vem atuando muito mais na regularização das áreas de posseiros do que na realização efetiva de assentamentos, e ainda denuncia que o governo faz propaganda enganosa. Coloca no mesmo patamar o número de regularização com o dos assentamentos. Diz que foi o governo que mais fez. É claro que se comparando aos outros governos que nada fizeram, Fernando Henrique foi o que mais desapropriou.

Segundo o MST, das 80 mil famílias assentadas em 1999 propagadas pelo INCRA, somente 25 mil famílias ³⁵ foram realizadas em terras desapropriadas. Até meados de 2000 haviam sido assentadas 160 mil famílias em pouco mais de 8 milhões de ha. de terra, ao contrário da propaganda de que teria sido 400 mil famílias em 14 milhões de ha. Sem contar que houve falência de 900 mil pequenas propriedades que eliminou cerca de 2 milhões de empregos rurais. ³⁶ A quantidade de famílias que efetivamente o governo assentou é discutida entre os movimentos que denunciam a imprensa como servil e omissa, simplesmente reproduzem os dados sem questionamento. O MST denuncia novamente a farsa.

Veja o quadro abaixo, publicado pelo Jornal Sem Terra em janeiro de 2002 a

³⁵ **Jornal Sem Terra**, Junho, 2000.

³⁶ Idem.

Evolução das famílias assentadas:

Ano	Famílias Divulgadas pelo Governo (1)	Famílias que poderiam ser assentadas/INCRA (2)	Famílias realmente assentadas (3)
1995	42.912	33.312	40.993
1996	62.044	19.800	18.558
1997	81.944	60.425	59.501
1998	101.094	76.027	76.027
1999	85.226	56.000	14.218
2000	108.986	39.000	24.735
2001	63.477	33.269	32.966
Total	545.683	317.833	266.998

Fontes: MST – Relendo os Relatórios do governo e do INCRA

- (1) Página de propaganda do MDA
- (2) Coordenação geral de Monitoramento e controle do INCRA
- (3) Cálculos realizados pela ABRA excluindo assentamentos antigos e dupla contagem, a partir dos dados da fonte 2.

Pela propaganda oficial foram assentadas entre 1995 a 2001, 545.683 famílias de sem terra. Mas segundo a comissão do INCRA³⁷ (Comissão Nacional de Monitoramento e Controle da eficiência dos Superintendentes do INCRA) as terras desapropriadas, dariam para assentar no máximo 404 mil famílias. A propaganda enganosa é desmascarada também pela ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) que pesquisa as famílias que realmente foram assentadas em terras desapropriadas, acabou revelando que efetivamente assentadas são apenas 267 mil famílias, ou seja metade do que a propaganda diz.

Outra artimanha utilizada pelo governo para desestabilizar os movimentos sociais que atuam no campo foi o uso intensivo da propaganda em rádio e televisão para dizer

³⁷ **Jornal Sem Terra**, Janeiro, 2000.

aos Sem Terra, e ao povo que a porteira estava aberta, que não precisava mais fazer ocupação, que agora bastava se inscrever nos correios.³⁸ Essa medida tinha como finalidade desorganizar o Movimento, que o trabalhador sem terra procurasse resolver sozinho, era só ir ao correio se inscrever e em 90 dias teria uma resposta. Era mais fácil, ele não precisava marchar, invadir, se organizar. Além disso, a população viu e acreditou, não haveria motivos para *baderna*. Segundo a ASSERA (Associação dos Servidores da Reforma Agrária), das 570 mil famílias inscritas 16 mil foram pre-selecionadas e nenhuma assentada. Cadê a propaganda?

Veja o quadro abaixo:

**Número de Famílias Sem-Terra cadastradas nos correios durante
o ano de 2001. Respostas dadas pelo INCRA**

SR estados	Pré cadastro	Entrevistados	Pre-Selecionados
SR-01/PA	9.726	3.706	2.706
SR-02/CE	6.797	1.745	0
SR-03/PE	44.093	4.987	848
SR-04/GO	36.800	474	0
SR-05/BA	37.996	2.400	2.223
SR-06/MG	33.389	7.947	0
SR-07/RJ	8.653	2.071	59
SR-08/SP	57.710	12.249	180
SR-09/PR	50.170	10.457	1.058
SR-10/SC	6.500	1.105	95
SR-11/RS	18.000	2.625	407
SR-12/MA	36.056	8.154	0
SR-13/MT	32.085	3.871	6.215
SR-14/AC	8.993	2.032	0
SR-15/AM	3.699	971	19
SR-16/MS	23.764	737	99
SR-17/RO	30.894	20.000	215
SR-18/PB	6.273	359	0

³⁸ Idem.

SR-19/RN	13.912	2.360	963
SR-20/ES	18.000	2.881	55
SR-21/AP	1.225	912	530
SR-22/AL	7.800	438	0
SR-23/SE	22.979	3.118	250
SR-24/PI	7.529	1.289	0
SR-25/RR	2.718	1.200	0
SR-26/TO	17.049	1.257	0
SR-27/MBMarabá/PA	9.215	0	0
SR-28/DF (Entorno)	18.315	1.348	0
SR-29/msf/Medio S.Fco	4.250	2.532	468
TOTAL	574.590	103.225	16.390

Fonte: Jornal Sem Terra Janeiro 2002

Os assentamentos realizados até março de 1996, com 4870 ha. não havia sequer, tocado na concentrada estrutura fundiária brasileira.³⁹

Em um relatório mais recente do próprio INCRA o MST denuncia que a meta para o ano 2000 era de 65.000 famílias assentadas mas desse número, somente 18.950 foram efetivamente realizados. Nesse período o MST organizou 625 acampamentos com 82.523 famílias.

Mas o governo se mantém irredutível e não aumentou os gastos com a Reforma Agrária como mostra o quadro abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO INCRA

ANO	LEI ORÇAMENTÁRIA UNIÃO	VALOR GASTO
1995	R\$ 1,5 bilhão	R\$ 1,3 bilhão
1996	R\$ 1,6 bilhão	R\$ 1,4 bilhão
1997	R\$ 2,6 bilhão	R\$ 2,4 bilhão
1998	R\$ 2,2 bilhão	R\$ 1,9 bilhão
1999	R\$ 1,6 bilhão	R\$ 1,4 bilhão
2000	R\$ 1,4 bilhão	R\$ 1,2 bilhão
2001	R\$ 1,3 bilhão	R\$996 milhões

Fonte : MST Jornal Sem Terra Janeiro/2002

³⁹ idem

Em resposta o MST segue cada vez mais ocupando terras e pressionando o governo para que a Reforma Agrária não paralise; veja o quadro de ocupações de 1990 a 2000.

EVOLUÇÃO DO NUMERO DE OCUPAÇÕES DO MST

Período	Nº OCUPAÇÃO	Nº FAMÍLIAS
1990	119	12.805
1991	78	9.203
1992	149	20.596
1993	214	40.109
1994	125	24.590
1995	101	31.619
1996	250	42.682
1997	281	52.276
1998	388	62.864
1999	505	72.861
2000	625	82.523
Total	2.202	369.605

Fonte: MST

Sentindo-se pressionado não só pelo MST, mas também por outros movimentos sociais, o governo investiu pesado nos Meios de Comunicação no sentido de desmoralizar e desestabilizar o MST e enaltecer a Política Neoliberal Agrária, o “Novo Mundo Rural”. Segundo o Jornal Sem Terra de janeiro de 2002 a propaganda enganosa pelo Governo Federal continua.

Veja o Quadro abaixo:

Ano	Áreas da propaganda (1)	Área do INCRA (2)	Desapropriação (3)	Terra Pública (4)	Compra (5)
1995	1.313	2.569	1.925	478	166
1996	4.451	2.301	1.478	618	205
1997	4.394	3.126	2.462	476	188
1998	2.540	2.645	2.083	504	58
1999	1.478	1.758	1.392	344	16
2000	3.861	1.646	980	665	1
2001	1.336	1.078	507	538	33
TOTAL	19.373	15.123	10.827	3.623	667

Fontes utilizadas pelo jornal:

1. Áreas que o governo diz ter desapropriado na propaganda.
2. Área total utilizada pelo INCRA segundo a comissão de monitoramento.
3. Área efetivamente desapropriada pelo INCRA.
4. Área pública arrecadada pelo INCRA.
5. Área adquirida mediante compra e venda.

Pode-se verificar claramente que dos 19 milhões de hectares desapropriados em sete anos somente 15 milhões de hectares foram arrecadados e apenas 10 milhões eram de fato desapropriação, o restante foi arrecadação de terras públicas. Ou seja, a maior parte foi projeto de colonização em terras públicas e uma pequena parte comprada dos fazendeiros.

O governo intensificou a propaganda nos meios de comunicação contra o movimento na tentativa de isolá-lo, desacreditá-lo perante a sociedade. Foi criado um departamento dentro da Polícia Federal somente para resolver as questões, os conflitos sociais, reprimindo-os. Mas o romper da cerca possui uma simbologia muito grande. A luta, o conflito, o limite do dia-a-dia traz lições aprendidas pelo movimento. No entanto os crimes no campo continuam fazendo vítimas.

Foi criado em 1997 um tribunal para tratar dos assuntos relacionados aos crimes, das disputas pela terra e a impunidade destes crimes. O Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio se reuniu em Brasília na sede da OAB, para examinar alguns crimes relacionados às questões da terra, que até aquele determinado momento estavam impunes, como muitos outros crimes no Brasil. O principal objetivo do Tribunal era denunciar os crimes e desencadear uma campanha nacional, pressionando autoridades e ao governo. O Tribunal foi uma forma de se tentar discutir questões que estavam

encobertas, mas em nenhum dos crimes os culpados foram condenados.

Esse quadro não se modificou muito desde então e os crimes continuaram acontecendo. Um dos episódios mais famosos aconteceu em 17 de abril de 1996 em Eldorado dos Carajás⁴⁰ no Pará, onde 19 trabalhadores foram barbaramente assassinados e outros 68 ficaram feridos. O massacre chocou o mundo pela violência contra as 1500 famílias que estavam bloqueando a rodovia que liga Eldorado dos Carajás e Marabá. Reivindicavam comida e transporte para chegar até a capital e então negociar com o governo e representantes do INCRA. Foram massacrados pôr 155 policiais vindos pelos dois lados da rodovia, jogaram bombas de gás lacrimogêneo e em resposta os trabalhadores revidaram com pedras e paus, fazendo com que os policiais disparassem suas metralhadoras.⁴¹ O resultado foi amplamente divulgado pela mídia nacional e internacional.

No Pará temos o exemplo da situação fundiária caótica que se instalou no Brasil. Fazendas improdutivas e sem documentação legal, processos generalizados de grilagem, inclusive de terras indígenas, a presença de garimpeiros e de madeireiros clandestinos, principalmente exploradores de mogno.

Segundo Fajardo⁴², o Pará é um deserto demográfico. Sua área de 1.250.000 quilômetros quadrados equivalente aos territórios da Espanha, França e Portugal somados, é habitado pôr apenas 3.500.000 pessoas. A média é de 2,8 habitantes pôr quilometro quadrado e cai ainda mais quando se considera que quase um terço dos paraenses vivem na grande Belém. As grandes fazendas (com mais de 1.000 hectares)

⁴⁰ **O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS.** Pará, Caderno de formação/32, MST. Março, 1999.

⁴¹ MORISSAWA, p.155.

⁴² FAJARDO, Elias. **Em Julgamento: A violência no Campo.** Petrópolis: Co-edição Vozes/Instituto Apoio Jurídico Popular/FASE, 1998.

ocupam 50% da terra agricultável, ao passo que as pequenas e médias propriedades (menos de 10 hectares) não passam de 18%. Os poucos municípios e concentrações urbanas no interior do Estado são donos do comércio, dos meios de comunicação e estruturas de serviço. Dominam as prefeituras e consideram a Polícia Civil sua guarda pessoal. No segundo semestre de 1998, a Assembléia Legislativa paraense aprovou uma lei que atribui ao Poder Executivo a capacidade de nomear delegados, eliminando a necessidade de concurso público, medida que o prefeito de Belém Ednilson Ribeiro, chamou de “capangagem institucionalizada.”⁴³

Mas a dimensão propriamente política da questão é ainda mais profunda. Em certo sentido, a estrutura estabelecida pelo latifúndio criou, especialmente no Pará, um “Estado dentro do Estado”, com leis próprias e alheias ao controle democrático. A existência de imensas fazendas combinou-se, no sul e sudeste paraense, com uma imensa concentração de gente miserável – trabalhadores de todo o Brasil que foram atraídos pelo conto de sereia do garimpo de ouro, ou esperando encontrar emprego na mina de ferro de Carajás (a maior do mundo), e na Companhia Vale do Rio Doce, ou ainda famílias de camponeses em busca de terra.

Essa combinação, altamente explosiva, fez do Pará (e, mais particularmente, da região de Marabá) o palco da mais violenta luta pela terra em território nacional. Para proteger suas propriedades os fazendeiros criaram seu próprio exército de jagunços. Entre 1964 e 1997 foram mortos 691 trabalhadores rurais, segundo dados comprovados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Pará, sem contar os casos de desaparecidos e os cadáveres de origem desconhecida; 460 dos 691 mortos foram assassinados por pistoleiros.

⁴³ Idem.

A justiça, na imensa maioria das vezes, é omissa. Ainda segundo a CPT-PA⁴⁴ só em 176 casos de assassinato temos notícia de que tenha sido abertos inquéritos e só 113 deles deram origem a processos (...) só 18 casos, isto é, só 2,6% dos casos ocorridos foram julgados. Até hoje, nenhum mandante foi julgado.

A PM não escapa ao controle do latifúndio. Segundo a CPT-PA em 78 casos de assassinatos de lavradores, policiais do Estado do Pará aparecem como suspeitos de ser executores enquanto em 16 casos teriam atuado em conjunto com os jagunços (...) Um dado preocupante é que a maioria destes crimes, 57 (60,64%), foi cometido depois do fim da ditadura militar.

Na república dos latifúndios, a escravidão é uma prática comprovada. O Grupo Moves de Fiscalização do Ministério do Trabalho e a Polícia Federal – criado em 1996, é o único esforço governamental realmente sério no combate à escravidão – libertou 850 trabalhadores rurais explorados em condições subumanas em fazendas do sul e sudeste do Pará. Entre 1996 e o início de 1999, a CPT-PA localizou 1784 vítimas de trabalho escravo nessas regiões.

Raríssimos escravos conseguem escapar à vigilância dos jagunços e, quando isso acontece, tem de percorrer dezenas ou centenas de quilômetros em meio à floresta até chegar a algum centro urbano. Aí vão cair na última armadilha: fatigados e faminto, muitas vezes feridos, vão procurar socorro da polícia ou de fiscais do trabalho. São imediatamente devolvidos aos “donos”, ou mesmo assassinados. Somente os que tem muita sorte acabam conseguindo contato com pessoas ou organizações – como a CPT – e receber ajuda. Por essa razão, os dados sobre o uso de trabalho escravo são subestimados. Especialistas que pesquisaram o assunto durante os últimos anos, como o Frei Henri Durin des Rogiers da CPT de Xinguara, estimam que, para ter idéia mais

⁴⁴ Idem.

aproximada das reais dimensões do problema, as cifras até hoje divulgadas teriam de ser multiplicadas, talvez até por dez.

Relembrando Eldorado dos Carajás, em seu livro, Fajardo nos conta com detalhes a brutalidade policial que gerou diretamente o massacre de Eldorado dos Carajás. Mas a origem do episódio se encontra na morosidade com que o INCRA conduz o trabalho de desapropriação de terras improdutivas.

Para o MST, cada vez que os trabalhadores se mobilizam questionando, criam um impasse que o Governo tenta resolvê-los e escondê-los com repressão e mentira escondendo os problemas sociais levantados. Mas o movimento segue em frente, apesar da luta e dos feridos.

Desde 1994 o movimento vem enfrentando não só o latifúndio, mas também o modelo econômico Neoliberal. Dentre as muitas medidas governamentais tomadas, uma delas foi à extinção do PROCERA (Programa de Crédito Especial para os Assentados de Reforma Agrária), eliminando os subsídios no crédito aos assentados. O argumento utilizado é de que não há diferença entre um agricultor familiar recém empossado na terra e um agricultor familiar consolidado. As conseqüências são graves, denunciam o MST.

Os agricultores são “despejados” no mercado para disputar o crédito. É imposto custos reais ao financiamento da pequena produção rural, inviabilizando-a. Outro fator rebatido pelo movimento é a descentralização do Programa de Reforma Agrária do âmbito Federal para o Estadual. Não é um estabelecimento de parcerias dos Municípios e dos Estados para execução do programa, mas a transferência dos custos políticos e financeiros da execução do programa para tais esferas da Federação. Retira-se o caráter nacional da questão, pois para o governo a agricultura não é capaz de alavancar o

desenvolvimento econômico.

Quanto ao Banco da Terra e à Cédula da Terra, o MST denuncia que foram criados para substituir o processo de desapropriação pelo de aquisição.

Trata-se na verdade de um dos mais caros financiamentos para a área rural em todo o Brasil. É mais caro, inclusive que o crédito para custeio fornecido aos grandes produtores rurais em as regiões do país que foi de 8,75% ao ano para a safra 98/99. A TLPJ, que é o índice do Banco da Terra, ainda sem os efeitos da recente “explosão” dos juros, está em 11,68% ao ano. De acordo com uma pesquisa realizada pelos alunos do curso de economia da UFU (Universidade Federal de Uberlândia), o trabalhador “beneficiado” pelo Banco da Terra não terá como saldar o débito. Sem contar que o crédito é somente para pagar a terra nua. Mesmo a carência de três anos se torna impagável.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo⁴⁵ existente desde 1995 tem por objetivo contribuir para as articulações das ações desenvolvidas pelas várias entidades que apoiam a realização da Reforma Agrária no Brasil. O Fórum tem caráter amplo e pluripartidário, reúne movimentos sociais e organizações não governamentais. De acordo com o Fórum a política de crédito fundiário aplicado pelo Governo não está pautado em realmente fazer a Reforma Agrária. Adotando o sistema de compra e venda da terra, “o poder público abre mão de conduzir a Reforma Agrária.”⁴⁶

No entender do MST e do Fórum, agindo assim o governo deixa nas mãos dos próprios donos da terra o controle da venda e ao contrário da desapropriação onde o

⁴⁵ Fazem parte do Fórum além do MST a CPT, CONTAG, CIMI, MAB, MPA, INESC, CONIC, CNASI, REDE BRASIL, CAPOIB, CÁRITAS BRASILEIRAS, ABRA, SINDISEP, CONDESEF.

⁴⁶ Campanha Global pela Reforma Agrária no Brasil: BANCO DA TERRA! Mais uma mentira para evitar a verdadeira reforma agrária- FORUM, 2000.

pagamento da terra é efetuado com títulos da Dívida Agrária, no Banco Terra, o fazendeiro recebe à vista o pagamento.

Com isso, haverá um superfaturamento do preço da terra que acontece não só pelos efeitos de mercado, mas também porque os latifundiários terão a liberdade de se unirem e organizarem entre si cartéis para que, através da especulação possam aumentar o preço da terra.

Outro fator agravante, é que o trabalhador além do pagamento desse crédito, terá que buscar outros financiamentos para produção, o que inviabiliza definitivamente o programa. Quando acabarem os prazos de carência e começarem a vencer os empréstimos, os agricultores vão sentir no bolso e na pele as dívidas contraídas, acarretando inclusive o abandono dos lotes. Não será surpresa se surgir um novo movimento – o dos atingidos pelo Banco da Terra. A primeira bandeira de luta: moratória e anistia ampla e irrestrita a todos os enganados pela propaganda oficial.

Para viabilizar o “Novo Mundo Rural” o Governo centralizou o programa de Reforma Agrária e o PRONAF no MDA, que era provisório e agora é permanente. Para o movimento a questão agrária não ficou no Ministério da Agricultura, e o resultado é que o MDA vai tratar da Reforma Agrária como assistencialismo. A política central do governo dita familiar na verdade, tornou-se uma política periférica, compensatória, que busca aliviar os efeitos do modelo excludente em curso e não resolvê-lo.

Recentemente a edição de mais uma Medida Provisória, estabelecendo que “a terra invadida” por trabalhadores rurais Sem Terra não será vistoriada por 2 anos e em caso de reocupação este prazo será duplicado para 4 anos; foi propagada como uma medida de “Fortalecimento da Reforma Agrária”. Para os movimentos em geral, MST,

CPT, e CONTAG é uma medida claramente anti-reforma, é a intenção clara de conter a oposição, reflete a faceta negativa e autoritária do governo.

Mas afinal o que quer o MST? Ele quer que seja feita a Reforma Agrária de fato. Pois no Brasil apenas 1% dos proprietários rurais são donos de 46% de todas as terras⁴⁷ e há 100 milhões de ha. de terras ociosos para 4,8 milhões de famílias trabalhadores rurais “Sem Terra”.

Que o governo acelere a desapropriação de latifúndios improdutivos, ou seja a democratização da propriedade da terra e a distribuição massiva e rápida a todas as famílias de trabalhadores rurais Sem Terra.

O desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado interno e a implementação de políticas agrícolas especialmente de preços, crédito rural subsidiado e seguro agrícola. Com isso aumentaria a renda e a produtividade.

Promover agroindústrias e cooperativas objetivando democratizar o acesso ao mercado e estímulo ao emprego rural. Além da valorização do mundo rural e suas formas de vida, cultura; viabilizando melhorar as condições de vida, habitação, transporte, lazer e comunicação.

Educação básica a todos os que vivem no campo e uma política voltada para a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Implementação de plano especial de desenvolvimento para o semi-árido nordestino. Para tais reivindicações, segundo João Pedro Stedile, líder do MST é necessário que haja uma reestruturação nos organismos que compõe o setor público. Uma implementação de pesquisas e estímulos à aplicação de tecnologias agrícolas compatíveis com as condições brasileiras de solo, clima e recursos naturais, além do

⁴⁷ **Jornal Sem terra**, Julho, 2000.

incentivo de implantação de indústria, bem como de agroindústrias no interior criando empregos.

A defesa da agricultura nacional e do mercado interno, ampliação e execução do ITR (Imposto Territorial Rural) como forma de tributar os latifúndios e aplicar esses recursos na Reforma Agrária. Resumindo: Uma reforma, mudança do modelo agrícola e uma política voltada para o agricultor; medidas para garantir renda e emprego no campo. Buscando permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais

A FORMAÇÃO DO MST EM UBERLÂNDIA E O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

A luta pela terra em Uberlândia e região não difere muito do restante do país. Mas os trabalhadores Sem Terra lutam ou tentam lutar de forma organizada e objetiva, em defesa da vida, do direito ao trabalho e da dignidade. Sempre buscando o fim da desigualdade social.

Segundo as lideranças⁴⁸ do movimento, a luta pela terra foi iniciada no início da década de 80 com a implantação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Dessas comunidades surge a CTP (Comissão Pastoral da Terra) e conseqüentemente vários grupos de trabalhadores se organizaram para discutir e lutar contra a exploração e segregação espacial ocorridas no campo.

Uma das primeiras lutas foi à conquista do Sindicato da categoria, transformando-o em instrumento de defesa aos interesses dos trabalhadores rurais Sem Terra. Neste

⁴⁸ Entrevista a Maria Eleusa da Mota Santana, secretária do MST em Uberlândia, Dezembro, 2000.

período, começaram a ocupar latifúndios improdutivos sendo que os primeiros foram a Fazenda Barreiro em Iturama e Cruz de Macaúbas em Santa Vitória, ambas na região do Triângulo Mineiro.

Devido à articulação geral do MST no sentido de haver uma coordenação nacional que promovesse a integração das lutas no campo, no final da década de 80, vieram do leste mineiro, alguns integrantes do MST. Mas não foi dessa vez que o movimento se integrou ao MST, mas a luta continuou. Pouco tempo depois outro grupo de trabalhadores Sem Terra, filiado ao sindicato, solicitou a presença novamente de lideranças de MST para auxiliá-los. Questões organizacionais como levantar áreas a serem ocupadas, organizar os trabalhadores, foram realizadas bem como uma mobilização que resultou na ocupação da Fazenda Colorado. Alguns meses depois outra ocupação na Fazenda Varginha, ambas na região do Pontal do Triângulo Mineiro.

Mas devido às pressões e ações da polícia e dos próprios fazendeiros, a ocupação não se concretizou e os trabalhadores voltaram para a beira de estrada.

Depois dessa tentativa frustrada, o grupo culpou o MST pelo fracasso, que por sua vez saiu da região.

Somente em 1997, com a passagem pela região da Marcha dos Sem Terra à Brasília, e com o apoio de várias organizações o MST retorna à região. Começa então ações organizadas pelo movimento, sendo que a primeira foi na Fazenda Gilbran onde inclusive já havia uma concentração de famílias. Enquanto aguardavam foram organizado outras ocupações que deram origem ao assentamento Zumbi dos Palmares, em Uberlândia; Chico Mendes em Ituiutaba; Olhos D'água em Sacramento; Paulo Freire em Santa Vitória; ainda os acampamentos de Emiliano Zapatta em Uberlândia e Canudos em Santa Vitória.

A luta pela terra em Uberlândia, não foi diferente, prova disso é que em três anos de luta o MST só conseguiu um assentamento o Zumbi dos Palmares, resultado da ocupação da Fazenda Colorado.

A Fazenda Colorado foi ocupada em 29 de janeiro de 1998, em dezembro do mesmo ano foi concedida a edição de posse, ou seja, a fazenda já era dos Sem Terra. Em janeiro de 1999 a fazenda foi entregue efetivamente, assentando 22 famílias que batizaram o assentamento de Zumbi dos Palmares em homenagem aos escravos que lutaram pôr liberdade e um pedaço de terra. Após três anos de posse da terra fui verificar quais os programas que o governo efetivamente havia realizado, como estava o assentamento. Confesso que fiquei muito decepcionada com o que vi. Fiz várias visitas e entrevistas aos assentados.

Pode-se perceber que após decorridos três anos da edição de posse das terras, as famílias são e estão realmente muito pobres, passando fome dependendo de donativos principalmente aquelas em número maiores e com crianças. Pode-se afirmar que nesse período nada foi realizado (Confira foto abaixo).



Fonte: Assentamento Zumbi dos Palmares - Foto tirada em setembro de 2001, pela autora.

No momento das primeiras entrevistas, ocorridas em setembro de 2001, as famílias estavam recebendo o crédito construção. Para ser mais exata o montante de R\$2500.00 (dois mil e quinhentos reais) para construir suas casas, o que gerou insatisfação e revolta. O crédito foi baseado em valores de materiais de 1998, quando o saco de cimento custava R\$3.50 (três reais e cinquenta centavos, no momento do recebimento do crédito, o saco de cimento estava em torno de R\$12.00 (doze reais). As casas estão sem acabar porque o dinheiro não deu.

....olha, habitação pôr exemplo, e uma vergonha, (...) esse dinheiro, pra construir é um milagre, você tem que fazer cálculo, recálculo (...) hoje, pra construir uma casa com a mão de obra da gente, eu acho que precisaria no mínimo (...) no mínimo, de uns R\$6.000.00 (seis mil reais) acima (...) é uma coisa muito humilhante.⁴⁹



Fonte: Assentamento Zumbi dos Palmares - Foto tirada em setembro de 2001, pela autora.

⁴⁹Entrevista ao assentado Antônio Paulo, Setembro, 2001.

Não há no assentamento nenhum projeto efetivamente realizado. Após decorridos três anos, somente agora, em março de 2002 que as primeiras famílias estão recebendo créditos para investimentos, estão vivendo em uma situação bastante precária. Não há sequer uma infra-estrutura como água, energia, estradas bem feitas, cercas e currais. Outro fator agravante é que o crédito chegou em um momento em que não há como realizar plantio.

... as famílias estão vivendo em uma situação precária (...) o governo fala que tá fazendo Reforma Agrária mas não faz, desapropria a terra, leva três anos para liberar créditos, então isso é uma grande mentira do FHC. Pra mim três anos e muita coisa pra uma família ficar sem recursos, tem a terra, não pode sair dela, sem recursos passando fome (...) sofrendo debaixo de barracos há três anos, mais de três anos (...) agora o recurso chegou fora de época, já tá terminando a chuva... mais um ano perdido e você com o recurso na mão...⁵⁰



Fonte: Assentamento Zumbi dos Palmares - Foto tirada em setembro de 2001, pela autora.

Com a extinção do projeto Lumiar, que contratava técnicos para dar assistência

⁵⁰ Entrevista a Francisco Tomas de Oliveira, assentado e coordenador do MST na região, Março, 2002.

aos assentados, as famílias foram atendidas pôr técnicos da EMATER. Esses técnicos não levaram em consideração as especificidades de cada família, seus sonhos, o que cada um queria fazer e realizaram um projeto único para cada família. O crédito de R\$12000.00 (doze mil reais), que estão recebendo agora, não são todas as família que receberam, veio de acordo com esse projeto. Como o dinheiro é público, a não realização do que está no projeto, pode ser inclusive interpretada como desvio de dinheiro público, além do assentado ter que pagar o crédito a vista, além de sofrer multa e processo. Fica claro nesse sentido, que o assentado após receber a terra nua, está atrelado às vontades, aos mandos e desmandos do governo.

Outro problema percebido, foi o desligamento das famílias do assentamento com o MST. Conforme as entrevistas realizadas, no momento da posse da terra, romperam com o movimento como queria a maioria. Queriam *andar com as próprias pernas*. Devido toda a experiência de luta do MST, as famílias perderam pôr não saberem como reivindicar, exigir, seus direitos. Como o MST cresceu pôr todo o país, tornou-se o movimento mais importante de toda a história em relação às questões da terra, na base desse crescimento, existe uma estrutura organizativa que foi sendo elaborada a partir das experiências vividas pelo movimento. Ou seja, a forma de organização do MST foi sendo desenvolvida a partir da própria luta, do *Ocupar, Resistir e Produzir*.

Houve uma perda, nesse sentido para o Assentamento Zumbi dos Palmares, ao se desligarem do MST:

...o trabalhador rural não entende, não tem condição de fazer um projeto, porque toda a sua vida trabalhou de empregado, e só chegar lá e executar o que o patrão manda, e agora mudou, agora ele tem a situação dele ter que projetar as coisas e prestar conta (...) não tem essa experiência (...) e o governo não dá assistência técnica para resolver este grande problema...⁵¹

⁵¹ Idem.

Fica claro que a questão burocrática, o não esclarecimento, prejudica o andamento, o desenvolvimento do assentamento.

Essa questão fica mais clara, quando comparamos um assentamento onde é organizado pelo MST. No assentamento, cada família, muitas vezes junto com os seus vizinhos, organiza sua produção e sua existência. No novo contexto, o assentado é um cidadão inserido numa comunidade, na qual marca sua presença tanto na economia como na política e na sociedade. Nas mãos dos assentados, o crédito agrícola, pode resultar numa nova dinâmica na região.⁵² Quando organizado em cooperativa, racionalizam diversas funções: comercialização, repasse de crédito, assistência técnica, planejamento de produção: além de viabilizar a compra de insumos e implementos, propiciando o aumento da produção.

Dois grandes princípios essenciais à formação da consciência, estruturam a vida no assentamento: os de convivência e participação. Segundo o MST dentro de uma comunidade ativa, organizada, a visão de mundo torna-se distinta da que é alcançada pôr aqueles que vivem e atuam isoladamente. A participação nas decisões pertinentes ao assentamento contribui para o desenvolvimento de uma conduta cidadã, com a qual se rompe com o sistema capitalista.

Dessa forma o assentamento não é apenas uma unidade de produção, mas também um núcleo social. Assim o MST elaborou um método de organização que articula a moradia, o núcleo de base e a cooperação. Nessa estrutura é primordial a democracia direta. Em cada núcleo de base, todos os integrantes de todas as famílias se reúnem, discutem e decidem o destino do assentamento em todos os assuntos.⁵³ Cada núcleo

⁵² MORISSAWA, op. citado, p. 230.

⁵³ Idem, p. 227.

possui dois coordenadores, sendo que um deles é sempre uma mulher, garantindo a participação feminina em todos os processos. Ambos compõe a coordenação geral do assentamento.

Cabe à coordenação geral encaminhar as decisões tomadas, buscar condições para que elas sejam realizadas: além disso existem equipes de trabalho que operacionalizam questões como escola, saúde, celebração religiosa e outros assuntos, sempre buscando envolver o máximo de pessoas do assentamento.

A pratica da cooperação é para o MST um grande instrumento pedagógico na construção do ser social.⁵⁴ O MST entende que a saída individual é fatal para o assentamento. A cooperação é primordial e deve estar vinculada a um projeto estratégico de mudança da sociedade. Existem razões econômicas, sociais e políticas para estimular e promover a cooperação agrícola entre os assentados.

Dentre as razões econômicas, estão o aumento do capital, obtenção de crédito, aumento de produtividade, racionalização da produção de acordo com os recursos naturais, desenvolvimento da agroindústria. No âmbito social, além da aproximação das moradias com acesso facilitado à infra-estrutura básica, como estradas, água e energia, a cooperação agrícola facilita a educação das crianças e adultos. O acesso ao transporte coletivo e saúde também são favorecidos pela cooperação. E politicamente falando, em um sistema de cooperação, os agricultores percebem-se como uma força que somando à outras categorias pode contribuir para a construção de uma nova sociedade.

Enfim a cooperação deve ter um papel educativo, deve ser massiva e evoluir das formas simples para as mais complexas. Por tudo exposto até agora, posso afirmar que o Assentamento Zumbi Dos Palmares, perdeu por não estar mais vinculado ao MST. É

⁵⁴ Idem, p. 230

claro que estão andando, mais poderiam estar bem mais adiante, se estreitassem suas relações com o movimento organizado, tanto econômica, social, quanto politicamente. A reforma agrária de fato, está por ser feita. Os assentamentos existentes, uns já produzindo, outros começando, representam apenas uma conquista parcial. *“Com uma política agrícola adequada e específica, os assentamentos rurais poderão se constituir numa alternativa viável de encaminhamento dos problemas sociais do país, com significativas repercussões econômicas, políticas e culturais.”*⁵⁵

⁵⁵ BERGAMASCO, Sônia Maria. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos).

BIBLIOGRAFIA

- ADHEMAR, R. & C. (1994). **Reforma Agrária**; produção, emprego e renda (Relatório da FAO em debate). Petrópolis: Vozes.
- BOGO, A. (1999). **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras.
- BURKE, P. (1992). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP.
- CARTILHA (1999). **Marcha popular pelo Brasil**, em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. São Paulo, julho.
- CARTILHA (2000). **CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária**. São Paulo, julho.
- CARTILHA (2000). **Levante-se, vamos à luta**, mobilização nacional dos trabalhadores rurais. São Paulo, julho.
- CARTILHA (2000). **Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio!** 4º Congresso Nacional do MST. Brasília (DF), agosto.
- DEJOURS, C. (1989). As estratégias defensivas, In: **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez.
- DIAS, E. da C. (1997). MST: rito e práxis da democracia agrária, In: **Revista Cultural Vozes**, nº 5, vol. 91, pp. 46-68.
- FAJARDO, E. (1998). **Em julgamento**: a violência no campo. Petrópolis: Vozes/Instituto Apoio Jurídico Popular/FASE.
- FENELON, D. R. (1992). O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?, In: **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia: UFU, nº 06.
- FONTANA, J. (1998). **História depois do fim da história**. Bauru: EDUSC.
- GORGEN, F. S. A. & STÉDILE, J. P. (1991). **Assentamentos**: a resposta econômica da

Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes.

HALL, M. M. (1992). História oral: os riscos da inocência, In: **Revista do Dpto. Do Patrimônio Histórico**, São Paulo. UNICAMP.

HOBSBAWN, E. (1998). **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras.

INCRA. www.reformaagraria.gov.br

JORNAL Sem Terra. www.mst.org.br

MORISSAWA, M. (2001). **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular.

MST. www.mst.org.br

PORTELLI, A. (1997). O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, PUC-SP. Nº 14, São Paulo.

REVISTA Sem Terra. www.mst.org.br

SILVA, J. G. da (1998). **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos).

SOTTILI, R. (1999). **MST: a nação além da cerca**. A fotografia na construção da imagem e da expressão política e social dos Sem Terra. São Paulo: PVC (Dissertação Mestrado)

THOMPSON, E. P. (1978). **A miséria da teoria** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.